

COMUNICAÇÃO

AULA INAUGURAL DOS CURSOS DE ALTOS ESTUDOS DA ESCOLA DE GUERRA NAVAL

Almirante-de-Esquadra Aurélio Ribeiro da Silva Filho

O Almirante-de-Esquadra Aurélio Ribeiro da Silva Filho é o Chefe do Estado Maior da Armada

Inicialmente, gostaria de registrar que é uma honra e uma imensa satisfação retornar à Escola de Guerra Naval para proferir a aula inaugural dos Cursos de Altos Estudos Militares, do ano de 2009.

Para a Marinha do Brasil, é motivo de satisfação a presença de representantes de nações amigas, oficiais das Marinhas da África do Sul, Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, Estados Unidos da América, Índia, Paraguai, Peru e Venezuela, dos companheiros do Exército Brasileiro, da Força Aérea Brasileira e da Marinha Mercante e do Servidor Civil da Marinha, nos cursos do corrente ano. A todos apresento as boas-vindas. O período no qual trabalharão lado a lado com os nossos oficiais, além de ser honroso para nossa Instituição,

possibilitará um melhor conhecimento da nossa Força e, certamente, um maior envolvimento com os interesses brasileiros. Também, será uma excelente oportunidade para fazer novas amizades e reforçar as já existentes.

Agradeço, também, o comparecimento dos senhores Almirantes, dos oficiais superiores em cargos de comando e direção de OM da área Rio, dos Oficiais Alunos do C-PEM, C-EMOS e C-Sup e do Corpo Docente desta Escola que prestigiam esta aula inaugural.

Seguirei o seguinte sumário:

I. INTRODUÇÃO

II. ASPECTOS POLÍTICOS E ESTRATÉGICOS DAS CONJUNTURAS INTER- NACIONAL E NACIONAL

III. A MARINHA DO PRESENTE E SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS

IV. A MARINHA DO FUTURO E SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS

V. CONTEXTO ACADÊMICO E OS CURSOS DA EGN

VI. CONCLUSÃO

I – INTRODUÇÃO

A Marinha do Brasil (MB) tem plena consciência dos efeitos positivos dos cursos aqui ministrados para o aprimoramento intelectual e profissional dos alunos e na contribuição para aumentar a eficiência da gestão organizacional da MB.

O Estado-Maior da Armada colabora, como sempre, nas atividades acadêmicas e procura prestar todo o apoio necessário para que os propósitos da nossa Escola sejam alcançados.

Os senhores que foram selecionados para os diversos cursos, passam a ter, desde já, um maior comprometimento no destino da nossa Marinha. Além disso, possuem uma antigüidade que permite uma certa "visão" mais amadurecida das circunstâncias. Pois, nesta Escola consolidam-se doutrinas;

adquirem-se conhecimentos teóricos que conduzem à formulação das metodologias indispensáveis à solução de problemas administrativos e militares e, no mais alto nível, avaliam-se e são sugeridas concepções políticas, estratégicas e doutrinárias relacionadas com a Marinha. Enfim, discutem-se novas soluções para os **desafios** - presentes e futuros, sejam eles materiais, financeiros ou humanos. Portanto, concito a todos que se dediquem intensamente às atividades acadêmicas de maneira a retribuir o investimento que a Marinha está fazendo nos senhores.

Selecionei o tema: "A Marinha do Presente e do Futuro: desafios para os Oficiais Superiores após a Conclusão dos Cursos de Altos Estudos Militares", por entender que estaria apto a falar sobre a Marinha que vivo e que ajudei a construir por quase cinco décadas e sobre aquela Marinha que desejo para as próximas gerações, onde os senhores e as senhoras se incluem. Mais, ainda, pelo uso da palavra "desafio". O "desafio" de que estou falando é algo estimulante e que incita à luta e à conquista de objetivos com valores nobres,

dos quais é exemplo a defesa da Pátria. Prefiro esse termo a outras expressões do tipo: problemas, entraves, óbices ou empecilhos, que sugerem estado de inércia.

Abordarei, no próximo tópico, os aspectos políticos e estratégicos de interesse das conjunturas internacional e nacional.

II – ASPECTOS POLÍTICOS E ESTRATÉGICOS DAS CONJUNTURAS INTERNACIONAL E NACIONAL

Neste tópico não é minha intenção apresentar um retrospecto dos ambientes internacional e nacional, mas sim ressaltar questões e aspectos político-estratégicos que são de interesse e que têm reflexos nos Cursos desta Escola.

Diversos países, em face do surgimento de cenários cada vez mais imprecisos e, por vezes, baseados em ideologias nacionalistas, procuram reavaliar a destinação de suas Forças Armadas. A essência dessa inquietação se refere às questões fundamentais sobre o preparo e o emprego das forças militares dos Estados – Devem as Forças Armadas ser preparadas e empregadas num conflito convencional, realizado dentro

dos padrões clássicos, ou devem ser orientadas à contraposição das “novas ameaças”? E, ainda - Deve prevalecer um padrão misto para que as Forças Armadas estejam aptas ao atendimento de ambos os propósitos?

Para que se possa refletir sobre o papel das nossas Forças Armadas e sobre o redesenho da Marinha no século XXI, é necessário perceber, estudar e compreender as reais condições existentes na chamada “nova ordem mundial”, mesmo que esse modelo esteja estereotipado, assim como, de igual maneira, inteirar-se da conjuntura nacional.

Creio que nosso raciocínio deva ser focado, principalmente, em torno de três eixos. O primeiro, diz respeito a um mundo cada vez mais globalizado, no qual não há mais espaço para o idealismo absoluto e para um país autocentrado, porquanto as trocas internacionais - de bens tangíveis e intangíveis, inclusive em matéria de defesa, são uma necessidade. O segundo eixo relaciona-se com o surgimento das “novas ameaças”. O terceiro traduz-se, fundamentalmente, em nos adiantarmos ao preparo multidisciplinar, para que

possamos compreender o mundo que nos cerca, visando nosso aperfeiçoamento como Força Armada. Nesse último requisito, temos que adotar todas as precauções necessárias para que nossos amplos conhecimentos não sejam, apenas, superficiais. Essa possibilidade, caso exista, deve ser suprimida de nosso estudo.

Há poucos anos, alguns analistas mais otimistas acreditavam que, com o desmantelamento da União Soviética, o cenário fixo da Guerra Fria, de 1947 até 1991, marcado pelo nefasto equilíbrio do poder e do terror, daria lugar a uma era de paz mundial.

Na verdade a realidade é sempre mais complexa do que as teorias dos cientistas políticos que, em suas análises, valorizam apenas um aspecto dos muitos que compõem o contexto internacional.

Os acontecimentos posteriores a esse período e, mais especificamente, após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA, demonstraram ser uma utopia a idéia de paz e vieram ratificar o conceito de que os conflitos de interesses são fenômenos sociais intrínsecos à razão humana, o que lhes assegura um caráter permanente e ininterrupto.

Dessa forma, os confrontos nacionalistas, étnicos e religiosos existentes, a perenidade e o acirramento dos conflitos no Oriente Médio e as “novas ameaças” - que abarcam um largo espectro, tais como: os **delitos transnacionais**, aí incluídos o narcotráfico, o contrabando, o tráfico de armas, a pirataria, a lavagem de dinheiro e a biopirataria; o **terrorismo internacional**; o **crime organizado** e os **crimes ambientais**, neles incluídas à exploração predatória de recursos naturais e a poluição do meio ambiente, tornam difusas as percepções entre agredidos e agressores.

Desse ambiente, advém uma era de incertezas e de imprevisibilidades. Nela, o mais forte tende a fazer uso de força desproporcional e o mais fraco tende a empregar meios não-convencionais. Esse cenário torna-se ainda mais imprevisível e ameaçador quando, não raro, sobrevêm tendências de grupos mais fracos, que utilizam o terror como arma. Notícias e imagens chocantes de conflitos em diversas partes do mundo invadem nossos lares e observamos que a distinção entre alvos civis e objetivos militares, por vezes, está obscurecida.

Assim, o mundo vive **desafios** mais complexos do que aqueles enfrentados durante o período passado de confrontação ideológica bipolar. A configuração da ordem internacional baseada na unipolaridade no campo militar associada às assimetrias de poder produz tensões e instabilidades indesejáveis para a paz. Portanto, não há hoje um modelo pronto e acabado que possa dar respostas completas e eficazes às complexidades do mundo contemporâneo.

Para o Brasil, a prevalência do multilateralismo e o fortalecimento dos princípios consagrados pelo Direito Internacional, como a soberania, a não-intervenção, a autodeterminação e a igualdade entre os Estados, são os pilares de um mundo mais estável, orientado para o bem-estar e para o desenvolvimento da humanidade. Nesse sentido, desejamos uma reestruturação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a ampliação do número de países com direito a assento permanente, entre eles o nosso País.

O quadro internacional se torna ainda mais conturbado com a inserção de duas variáveis: a preocupação da

humanidade com a questão ambiental e a contribuição dada pelo desenvolvimento intenso da Tecnologia da Comunicação e da Informação (TC&I) que acelera o ritmo da vida moderna, além do impacto das inovações científicas nas relações internacionais. Países detentores de grande biodiversidade, enormes reservas de recursos naturais e imensas áreas para serem incorporadas ao sistema produtivo, como é o caso do Brasil, podem tornar-se objeto de interesse internacional. A utilização de satélites, o sensoriamento eletrônico e diversos aperfeiçoamentos tecnológicos incrementam a eficiência dos sistemas administrativos e militares, mais ainda para aqueles países que investem maiores somas de recursos financeiros na área da defesa. Como decorrência, são criados hiatos tecnológicos que geram vulnerabilidades. O domínio dessas tecnologias poderá ser fator de força em caso de conflito e, por outro lado, seu desconhecimento poderá levar a uma severa limitação de emprego dos meios militares.

A América do Sul, afastada dos maiores focos de tensão mundiais, é considerada uma região relativamente pacífica. Os processos de consolidação das

democracias e de integração regional tendem a aumentar a confiabilidade e levar à solução pacífica das controvérsias, que ainda persistem na região. É nesse continente que o Brasil se insere, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma democracia em processo de transformação social.

Neste ponto gostaria de estruturar um questionamento bastante simples: nosso País sente-se seguro frente às ameaças e imprevisibilidades?

Não podemos ficar alheios e à mercê das instabilidades, das tensões e das ameaças que permeiam o ambiente internacional, pois podem ocorrer transbordamentos não desejados para o nosso **entorno estratégico** e, até mesmo, para o interior das fronteiras de nosso País. Nesse sentido, em decorrência da situação geopolítica brasileira, da conjuntura internacional e do nosso posicionamento estratégico, é fundamental que a defesa do Brasil seja encarada como uma das prioridades.

Obtivemos ganhos nas áreas econômica, social, educacional e política. Dentre esses ganhos gostaria de destacar pelo menos um que, por

sua magnitude, traz reflexos para todos e, em especial, para nós militares - a inserção gradual da sociedade e o engajamento do Governo Federal nas discussões sobre assuntos estratégicos e de defesa. De fato, nosso País, de uma maneira geral, progrediu em muitos setores nos últimos anos, apesar de existirem ainda diversos **desafios** que requerem soluções de curto, médio e longo prazos.

Assim, esses aspectos dos ambientes internacional e nacional devem estar bem vivos nas mentes de todos os senhores durante este ano, pois permanece presente o **desafio** de fazer os alunos ouvirem e refletirem criticamente; perceberem contextos por diferentes ângulos e desenvolverem autoconfiança para apresentar soluções práticas e inovadoras.

Neste século, denominado por muitos como a Era do Conhecimento, estão presentes três predicados. O primeiro, é que o conhecimento não possui fronteiras, apesar dos esforços monopolistas de alguns países desenvolvidos pelo controle das tecnologias ditas sensíveis. O segundo, é permitir a mobilidade vertical a qualquer um, desde que seja dada igualdade de

oportunidades na educação formal. O terceiro, é que o conhecimento não é garantia de sucesso, mas sim um meio de potencializar a condição de competir.

Dessa forma, os senhores, como alunos, devem buscar, de forma proativa, os conhecimentos necessários ao desenvolvimento do nosso potencial profissional e pessoal, incluindo valores éticos e morais, para que possamos enfrentar os **desafios** desse mundo incerto e competitivo, no qual nossa Instituição está inserida. Sabemos, pois, que possuir conhecimento não é “saber muito”, mas sim “saber melhor”.

Passo, então, ao próximo tópico: A Marinha do Presente e seus Principais Desafios.

III – A MARINHA DO PRESENTE E SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS

Nossa Lei Magna estabelece, em seu artigo 142, que: “(...) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do

Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (...)”.

A defesa da Pátria, ou seja, a defesa externa contra agressões de qualquer natureza é a atividade-fim das Forças Armadas brasileiras. Na Marinha, o emprego do Poder Naval busca contribuir para esta atividade. Logo, não restam dúvidas quanto à atividade-fim da Marinha. No entanto, isso não significa que não tenhamos outras responsabilidades no âmbito interno.

A nossa missão é: “Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria. Estar pronta para atuar na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; atuar em ações sob a égide de organismos internacionais e em apoio à política externa do País; e cumprir as atribuições subsidiárias previstas em Lei, com ênfase naquelas relacionadas à Autoridade Marítima, a fim de contribuir para a salvaguarda dos interesses nacionais”.

Depreende-se, então, que a Marinha está orientada para

atuar no campo externo e no campo interno:

- no campo externo: para a garantia da soberania, da integridade territorial e dos interesses do Brasil **no mar** - expressão empregada *lato sensu*, incluindo também as águas interiores e as áreas ribeirinhas de interesse naval, e, ainda, contemplando a atuação em contribuição às ações de organismos internacionais. Nesse contexto, insere-se o apoio à política externa brasileira; e
- no campo interno: na contribuição à garantia dos poderes constitucionais e na garantia da lei e da ordem, após o esgotamento ou inoperância dos órgãos de segurança pública. Estão aí incluídas as ações decorrentes da intervenção federal, estado de sítio ou estado de defesa. Ainda no campo interno, cabem à Marinha as atribuições subsidiárias, gerais e *p a r t i c u l a r e s*, estabelecidas em Leis

Complementares, relacionadas ao desenvolvimento nacional, defesa civil, Marinha Mercante, segurança da navegação aquaviária, políticas nacionais que digam respeito ao mar, cooperação com órgãos federais na repressão de delitos e na implementação e fiscalização de leis e regulamentos no mar.

Isto posto, há, desde já, a obrigatoriedade de ser desfeita a hesitação diante dos termos "segurança" e "defesa", pois dela decorrem deliberações confusas. A segurança diz respeito a uma "condição", ou seja, a um "estado de coisas", enquanto que defesa traduz-se como um "conjunto de medidas" - é, então, "a ação efetiva". Dessa forma, em linhas gerais, com a defesa se obtém o grau de segurança desejado. Para a Marinha, essa distinção está bem clara. A ação inspira movimento, energia e iniciativa. Nosso **desafio** é jamais ficarmos inertes ou tímidos quanto à manutenção de nossas capacidades para o cumprimento da missão que nos é imposta, incluídas as condições para

exercitá-las constantemente, desde os tempos de paz.

Ainda quanto à nossa missão, cabem as seguintes reflexões:

- Qual tarefa tem maior visibilidade e importância para o poder político, para a sociedade brasileira e para a mídia: a atividade-fim ou as demais tarefas, aí incluídas as atribuições subsidiárias? Qualquer que seja a resposta, nosso **desafio** é o compromisso do cumprimento harmônico de todas as nossas tarefas, sem ofuscamento de nenhuma em detrimento de outras, sob pena de sermos ineficazes em algumas delas quando surgirem as reais necessidades.

- Como podemos obter maiores recursos orçamentários ou mesmo gerir recursos próprios, que possam ser revertidos em prol do funcionamento e na constante necessidade de manutenção e de modernização da Marinha? Nosso **desafio** é eliminar o paradoxo de possuímos uma sociedade absolutamente identificada com as Forças Armadas, que confere elevadíssimos índices de confiança nas Instituições Militares, conforme constatado em inúmeras pesquisas de

opinião, e dispormos de orçamentos inferiores ao atendimento das necessidades da Força para cumprimento das tarefas com a magnitude das atuais. Isso, sem levar em consideração o que se pretende da Marinha no futuro, como veremos mais adiante.

Nesse contexto, um País como o nosso, ainda em desenvolvimento, mas já com preponderante estatura político-estratégica e com aspirações a um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, não pode ver sua Marinha premida a optar apenas pela qualidade de sua base material e pela qualidade de seus homens e mulheres, em detrimento das nossas reais necessidades em quantidade.

Tenho percebido ao longo de minha carreira, que alguns - poucos é verdade, têm atribuído responsabilidades à "Instituição Marinha". Gostaria de lembrar a esses poucos que a Marinha é realmente uma Instituição Permanente e Regular, conforme previsto na Constituição Federal. Entretanto, não é estrutura inanimada. É composta de homens e mulheres que emprestam a ela suas personalidades e conformam

nosso código de valores. O que desejo traduzir com isso é que nós somos os responsáveis pelos desígnios da Força. Nossos fatores de força e fraqueza são de nossa responsabilidade, não há como transferi-la.

Voltando à questão dos recursos financeiros: quem dos senhores já não ouviu a assertiva, com a qual todos concordam, de que possuir uma Marinha não é barato! Então, vamos falar um pouco sobre os custos de nossa Força.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o documento que estima as receitas que serão arrecadadas durante o ano e define as despesas que a União espera realizar com esses recursos. Em 2008, no tocante ao Ministério da Defesa (MD), podemos observar que a participação da Marinha na execução do Orçamento, em Outros Custeios de Capital (OCC), foi de **R\$ 1.808,71 milhões**, 16% superior ao executado em 2007.

A evolução dos montantes de planejamento e execução orçamentária, no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e na LOA indica que, no período mostrado no slide, houve uma retração, nos anos de 2002 a 2004, e uma pequena

recuperação, a partir de 2005. Entretanto, mesmo que não houvesse contingenciamento, expresso pelo Limite de Movimentação e Empenho (LME), verifica-se que o montante efetivamente executado fica aquém do valor mínimo subsidiado, necessário para que a Marinha possa funcionar, manter-se e modernizar-se.

Porém, fruto do empenho da Alta Administração Naval e das gestões do Comandante da Marinha junto às autoridades políticas e econômicas do Governo e, também, junto aos parlamentares, nosso orçamento vem sendo gradativamente ampliado, conforme podemos perceber para o ano de 2009. O PLOA 2009 da MB, em OCC, encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, montava o valor de **R\$ 2.763,24 milhões** (incluídos os convênios). Contudo, em função da atual crise econômico-financeira mundial, o Congresso Nacional houve por bem ajustar esse montante para um patamar de **R\$ 2.737,81 milhões**. Em final de janeiro de 2009, o Governo Federal liberou a distribuição temporária do LME até o mês de março. Em seguida, o MD decidiu pela liberação para a MB, até o mês anteriormente

citado, de um montante de **R\$ 938,3 milhões** em OCC (custeio e investimento) e de **R\$ 99,8 milhões** de despesas obrigatórias (PA Social). Estima-se que neste mês de março haverá a decisão sobre o contingenciamento a ser imposto na LOA deste ano. Nosso **desafio** é o dever de fazer uso racional e responsável desses recursos, como temos feito até hoje. E, ainda, possuímos planos bem fundamentados e ágil capacidade gerencial e de execução, caso as circunstâncias venham a ser mais favoráveis e nossos recursos tenham algum incremento.

Hoje, mais do que ontem, temos o **desafio** de desenvolver, além da visão estratégica, uma aguçada visão empresarial.

Nesse contexto, surge a pergunta: qual a opção mais racional para a composição da nossa Força: a que privilegia a qualidade, a que privilegia a quantidade ou uma composição de ambas as tipificações, considerando, porém, para essa última opção os limites impostos pela atual disponibilidade de recursos orçamentários?

Para fazer frente a esses **desafios** temos o Plano Estratégico da Marinha (PEM), as Orientações do Comandante da

Marinha (ORCOM) e o Programa de Reparelhamento da

Marinha (PRM).

O PEM é o documento de planejamento de longo prazo da Marinha que, entre outros aspectos, formula as concepções de emprego do Poder Naval, orienta o cumprimento de nossas atribuições subsidiárias e estabelece o dimensionamento estratégico de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais que a Marinha entende serem necessários ao pleno cumprimento de sua missão, independente de considerações orçamentárias.

As ORCOM norteiam as prioridades de curto prazo da Força. Temos, assim, o ponto de partida e os fundamentos que dão direção ao planejamento subsequente da Força.

O PRM foi elaborado em função de nossas necessidades estratégicas e, mais do que isso, foi considerada, também, a realidade socioeconômica do País. Esse programa está harmonizado com o planejamento governamental, segundo os Planos Plurianuais (PPA), e contempla um contexto temporal até o ano de 2026. Além disso, é sistematicamente reavaliado, o que ocasionou sua

divisão em dois períodos nos quais foram estabelecidas prioridades para o período de 2008 até 2014 e para os anos ulteriores. Contudo, o PRM poderá ser substituído pelo Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil (PEAMB), ora em fase de elaboração.

Também a qualificação do nosso pessoal tem merecido especial atenção da Alta Administração Naval.

Os senhores terão oportunidade, ao longo do ano letivo, de manter maior contato com esses assuntos, pois eles serão objetos de estudos, trabalhos e palestras.

Não pretendo ir mais adiante na linha do tempo, pois já estaria tecendo comentários sobre aspectos futuros. Contudo, cabe aqui registrar que já se encontram em andamento na Marinha e em outras esferas governamentais, os trabalhos decorrentes das novas diretrizes estratégicas oriundas da Estratégia Nacional de Defesa (END), promulgada em dezembro do ano passado. Nesses trabalhos estão envolvidos todos os setores da nossa Força, dada a sua abrangência e os prazos envolvidos para sua implementação que, por si sós,

representam **desafios** não apenas para o presente mas, principalmente, para o futuro, tendo os senhores a enorme responsabilidade de protagonizá-los.

No tópico seguinte, realçarei aspectos futuros da nossa Força.

IV – A MARINHA DO FUTURO E SEUS PRINCIPAIS DESAFIOS

Em primeiro lugar, é necessário que haja um perfeito entendimento do conceito de “visão de futuro”, em face das inúmeras definições que podem ser encontradas, principalmente, no meio empresarial.

A Marinha considera que “visão de futuro” é uma condição que se deseja atingir, que não existe atualmente e nunca existiu anteriormente, porém que se possa alcançar. Esse estado futuro deve **desafiar** e motivar, comandantes e comandados, de todos os círculos hierárquicos, além de nossos servidores civis, no sentido de desenvolverem os esforços e as capacidades necessárias à sua concretização.

Assim, “(...) A Marinha do Brasil será uma Força moderna, equilibrada e balanceada, e deverá dispor de meios navais,

aeronavais e de fuzileiros navais compatíveis com a inserção político-estratégica do nosso País no cenário internacional e, em sintonia com os anseios da sociedade brasileira, estará permanentemente pronta para atuar no mar e em águas interiores, de forma singular ou conjunta, de modo a atender aos propósitos estatuídos na sua missão (...)."

Entende-se como moderna a existência de meios atualizados, com até vinte anos em atividade. O equilíbrio significa o desenvolvimento de atividades que garantam o emprego simultâneo no mar e em águas interiores, tanto em operações navais como em atividades subsidiárias, estas sob a égide da Autoridade Marítima. Já o balanceamento refere-se à capacidade de executar, gradualmente, as tarefas básicas do Poder Naval e quaisquer das operações de guerra naval. A compatibilidade entre os meios disponíveis e a inserção político-estratégica do País no cenário internacional tem em conta a posição de destaque que o Brasil pretende ocupar, a qual deve ser igualmente percebida e ratificada pela sociedade. Mas, qual será o limite exterior do mar de que estamos falando? Será o limite

externo da Amazônia Azul ou até onde houver interesses do País? Não há dúvida que os interesses do País ditarão a resposta.

Creio, ainda, que possamos acrescentar à nossa "visão de futuro" uma moldura temporal.

É lugar-comum nos altos escalões do Poder Executivo e no meio intelectual haver questionamento sobre o tamanho que se pretende para a Marinha. Devemos, então, estar aptos a lidar com esse **desafio**, no presente e no futuro, e possuir argumentos consistentes que justifiquem nosso redimensionamento. Nesse sentido, convém mencionar que na formulação da concepção de emprego do Poder Naval, são considerados os aspectos presentes na Avaliação Estratégica Naval (AENAV), bem como a possível evolução da situação mundial e, em particular, da nacional. Consideram-se, principalmente: as áreas marítimas estratégicas do Globo, as Ilhas e Arquipélagos brasileiros e os portos nacionais de maior relevância para o País, bem como o emprego do Poder Naval nas Hipóteses de Emprego (HE) e seu relacionamento com as tarefas básicas, mesmo que estas venham a ser hierarquizadas.

Ademais, é considerado o atendimento das demandas não relacionadas com a atividade-fim da Força.

Se tais argumentos não forem convincentes ou, ainda, mensuráveis, é imperioso acrescentar que a defesa de nossa área marítima vital, que compreende o Mar Territorial, a Zona Contígua, a Zona Econômica Exclusiva e a Plataforma Continental, com uma extensão de aproximadamente 4,5 milhões de km², correspondendo a cerca de metade da área do Território Nacional, é a prioridade absoluta da Marinha. Nela, o esforço da Força é permanente, pois envolve a preservação do Estado brasileiro, em qualquer época - presente ou futura, desde o tempo de paz. Assim, caso as ameaças se manifestem, tais como: atos terroristas, crimes transnacionais, indícios de ações que comprometam a segurança de nossas instalações marítimas ou caso ocorram infrações das leis e regulamentos instituídos pelo Estado brasileiro, nosso Poder Naval será empregado de modo a afastar o conflito para o mais distante possível do nosso Território. No interior dessa extensa área marítima, de importância estratégica e

econômica para nosso País, merecem destaque as zonas que englobam as regiões de exploração e exploração de petróleo, particularmente as Bacias de Campos e Santos, com mais de uma centena de plataformas a serem protegidas e, ainda, a área marítima sobrejacente à camada pré-sal - que se estende dos litorais dos estados do Espírito Santo até Santa Catarina, cada vez mais afastada da linha da costa. Além dessas áreas, a região da foz do rio Amazonas é de importância capital, pelo valor estratégico que representa a manutenção do seu controle de acesso.

De forma a tornar ainda mais tangível nossa argumentação, devemos lembrar que, na imensidão das águas azuis e, em particular, no Atlântico Sul, em caso de conflito armado, caberá à Marinha o controle e a proteção das linhas de comunicações marítimas (LCM) de interesse do País. Atualmente, em tempos de paz, nas linhas comerciais marítimas brasileiras (LCMB) há um fluxo de aproximadamente 600 navios mercantes/dia, o que representa mais de 95% do nosso comércio exterior, de extrema importância para a economia da Nação. Será que em situações de crise ou

conflito esses navios estarão sob foco secundário, quando foram os alvos prioritários da guerra naval nos dois Conflitos Mundiais do século passado?

Assim, nosso **desafio** é dimensionar e especificar os meios necessários para compor a Força ideal, ou seja, o Poder Naval que o Brasil necessita. Esse **desafio** estratégico apresenta-se sistêmico, dinâmico e cíclico, porquanto não se refere apenas à base material e seus aspectos logísticos, inclui aspectos de formação e qualificação de pessoal e, ainda, remete-se ao reordenamento espacial de nossa Força, com implicações para a estrutura organizacional da Marinha, além de exigir ajustes e aprimoramentos constantes.

Atualmente, o Brasil não possui ameaça militar efetiva, entretanto, nada garante que não a terá nos próximos vinte, trinta ou mais anos. A história das civilizações nos mostra que as ameaças podem se materializar repentinamente para aqueles que possuem grandes patrimônios materiais, como é o caso do nosso País.

Em que pese termos uma sociedade com características pacíficas, o que é corroborado por intermédio da histórica e

consistente política externa do nosso país, impondo que a Marinha adote uma postura estratégica dissuasória, isso não significa que nossas ações ofensivas estejam inibidas. Nossos planejamentos estratégicos e operacionais conjuntos contemplam a iniciativa das ações, defensivas ou ofensivas, caso a situação assim venha a indicar. Por isso, nosso **desafio** é não permitir que, em futuro próximo, percamos o conhecimento profissional de realizar operações navais, bem como as capacidades conquistadas de construção de meios navais e de manutenção de nossas estruturas logísticas, das quais podemos necessitar e, até mesmo delas depender, em uma época ainda imprecisa.

Nesse sentido, nosso País, a partir da estabilidade política e econômica experimentada nos últimos anos, avaliou ser necessária a adoção de uma nova postura no campo da Defesa Nacional. Com o intuito de debater esse assunto e, em função da natureza do seu conteúdo ser dirigido à concretização de interesses do Estado e de toda a sociedade, foi instituído um Comitê Interministerial, presidido pelo

Ministro de Estado da Defesa e coordenado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Esse Comitê foi integrado, também, pelos Ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda e da Ciência e Tecnologia, assistidos pelos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a fim de estabelecer uma proposta de estratégia nacional relacionada à Defesa. Após consultas a especialistas, a representantes de diversos órgãos públicos e privados, a cidadãos de reconhecido saber no campo da Defesa e a diversos assessores das Forças Armadas, em dezembro último passado, foi aprovada a Estratégia Nacional de Defesa (END). A END é focada em ações estratégicas de médio e longo prazos que objetivam modernizar a estrutura nacional de defesa, atuando em três eixos estruturantes: reorganização das Forças Armadas, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das Forças Armadas. Ademais, são estabelecidos documentos complementares e decorrentes, com prazos a serem cumpridos por diversos setores

governamentais, incluindo o Ministério da Defesa e as Forças Armadas.

Especificamente com relação à Marinha, são atribuídas concepções atinentes às tarefas do Poder Naval e à configuração dos seus meios, dentro de um cenário hierárquico de objetivos estratégicos e táticos. Considero que o documento tem caráter abrangente e inovador e, à luz das eventuais mudanças conjunturais do País, que podem ter decorrências nas ações nele contempladas, induz a que essa Estratégia venha a ter cunho dinâmico, requerendo sugestões de ajustes e aprimoramentos em seu conteúdo. Considero ser indispensável o conhecimento da END por todos os senhores.

Obviamente, sem ter a intenção de esgotar o assunto, passo, então, a abordar os principais aspectos da END que condicionam o futuro da MB, com ênfase para o Poder Naval. Ressalto que essa Estratégia não trata somente de financiar e reequipar a Marinha, mas, também, de sua reorientação, de seu redimensionamento e de sua reorganização, para que melhor possa desempenhar sua destinação constitucional.

Nesse sentido a nossa Força deverá:

- organizar-se e desenvolver-se para atender ao trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença, bem como aos requisitos de flexibilidade, versatilidade e permanência;
- contribuir para as operações conjuntas das três Forças, muito além dos limites impostos pelos protocolos de exercícios conjuntos e integrar os núcleos de Estados-Maiores conjuntos;
- estar mais presente na região da foz do rio Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná;
- ter as áreas de jurisdição dos Distritos Navais preferencialmente coincidentes com as dos Comandos de Área das demais Forças, ressalvados impedimentos decorrentes de circunstâncias locais ou específicas;
- adensar a presença no Atlântico Sul e nas fronteiras do País, sendo entendidos esses aspectos como o incremento da capacidade de monitoramento/controle e pela presença - física, de meios nessas áreas, e, em particular, do aumento da ação de presença nos limites exteriores - fronteiras invisíveis, da Amazônia Azul;
- rever a composição do efetivo, qualitativa e quantitativamente, para o atendimento das demandas;
- preparar-se para o cumprimento de missões de Garantia da Lei e da Ordem e das crescentes responsabilidades em operações internacionais de paz sob a égide da ONU e de organismos multilaterais da nossa região;
- ampliar a capacidade de atendimento de compromissos internacionais de busca e salvamento (SAR);
- reorganizar e redimensionar as Forças Navais de maneira a atender a uma hierarquização de tarefas do Poder Naval, na seguinte ordem de prioridade: negar o uso do mar, projetar poder e

- controlar áreas marítimas, de modo a contribuir para a obtenção da dissuasão;
- manter e desenvolver as capacidades de projetar e de construir submarinos convencionais e de propulsão nuclear;
 - contribuir para a pesquisa e desenvolvimento de produtos de defesa, tendo como escopo prioritário o domínio de tecnologias consideradas estratégicas;
 - consolidar o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) como força de caráter expedicionário por excelência, além das tarefas que lhe são peculiares;
 - dedicar-se ao projeto e à construção de navios de propósitos múltiplos (e eu acrescento - sem abdicar dos Navios-Aeródromos convencionais);
 - monitorar a superfície do mar a partir do espaço. Esse aspecto alicerça o desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, ora em andamento;
- desenvolver, juntamente com a indústria nacional de material de defesa, um avião versátil, de defesa e ataque, que comporá a Aviação Naval embarcada;
 - estabelecer, o mais próximo possível da foz do rio Amazonas, uma base naval de uso múltiplo, comparável à Base Naval do Rio de Janeiro;
 - instalar uma base de submarinos convencionais e de propulsão nuclear e estaleiro associado;
 - elaborar o Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil (PEAMB), que deverá contemplar uma proposta de distribuição espacial das instalações militares e de quantificação de meios necessários ao atendimento das Hipóteses de Emprego (HE), estabelecendo metas de curto prazo (até 2014), de médio prazo (entre 2015 e 2022) e de longo prazo (entre 2023 e 2030);
 - constituir uma Esquadra no Norte ou Nordeste do País;

- potencial de mobilização militar e nacional;
- contribuir para a valorização da carreira, inclusive em termos remuneratórios. Tal atividade representa exigência de Segurança Nacional;
 - contribuir para que a Escola Superior de Guerra venha a servir como um dos principais instrumentos para a formação de especialistas civis em assuntos de defesa e como fórum de debates, entre lideranças civis e militares, relacionados à defesa;
 - continuar a atrair candidatos de todas as classes sociais para as escolas de formação; e
 - contribuir para a elaboração de uma Política de Ensino para as Forças Armadas, em particular no nível de Altos Estudos.

Como pode ser percebido, a abrangência, a diversidade e a densidade dos assuntos tratados denotam os enormes **desafios** a serem superados pela atual e pelas futuras

gerações de oficiais, praças e servidores civis. Não esperem que a soma dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários à consecução dessas tarefas esteja disponível nos momentos certos. Muitas vezes não estarão. Teremos que, antes de tudo, saber perseverar e utilizar nossas capacidades gerencial e criativa para suplantar as deficiências. Nós, marinheiros, sabemos que os mares com condições adversas, nem sempre admitem as necessárias guinadas mais bruscas ou a adoção de rumos sem o decorrente desconforto. É com esse "espírito" que devemos encarar a END - uma mudança necessária que exigirá esforços de toda uma sociedade, em particular dos militares.

No próximo tópico abordarei o contexto acadêmico e os cursos da EGN.

V – CONTEXTO ACADÊMICO E OS CURSOS DA EGN

Gostaria de iniciar esse tópico com a visão de futuro da

Escola de Guerra Naval (EGN) - "ser reconhecida como um Centro de Excelência em ensino e pesquisa no campo da Defesa Nacional, até o ano de 2014". Se a nossa Escola projeta essa imagem para seu futuro de curto prazo, o que ela deve estar fazendo, no presente, para alcançar esse objetivo? Essa, provavelmente, deva ser a nossa primeira questão para reflexão.

O momento presente do mundo e do Brasil caracteriza-se pela busca permanente por maior competência em todos os ramos de atividades, sejam elas públicas ou privadas. Isto se desenvolve também na Marinha do Brasil. Particularmente, aos nossos oficiais e servidores civis, creio que se deva dar maior ênfase à qualificação e atualização profissionais. Faz-se necessário que tenhamos uma certa "dose" de visão empresarial, pois muitas soluções que foram aplicadas no passado, não mais se aplicam hoje, nem serão aplicadas no futuro. A cultura brasileira é, normalmente, resistente às mudanças. Principalmente, se elas forem um pouco mais radicais a ponto de serem percebidos potenciais riscos à tranquilidade e à manutenção do status quo. Conosco - militares, percebo não ser muito diferente.

Assim, caso a MB não tome a iniciativa da mudança, a sociedade, inexoravelmente - por intermédio de seus representantes legítima e legalmente instituídos, nos obrigará a fazê-la em algum momento. Isso, de alguma forma, já pode estar ocorrendo.

Nesse sentido, a EGN não poderia, assim como a MB, deixar de buscar formas de inovar e adaptar-se aos **desafios** atuais e aos do futuro. Como órgão que detém o monopólio, dentro da MB, de preparar os oficiais em Cursos de Altos Estudos, a Escola preocupa-se em dar continuidade ao processo de levar aos seus alunos formas de pensar criticamente o mundo contemporâneo. Um dos vetores básicos dessa proposta é a inovação intelectual, nela incluídos, necessariamente, conceitos de gestão e empreendedorismo. Quando uma estratégia é concebida com inteligência e seriedade, e executada com profissionalismo e determinação, as chances de sucesso aumentam. Mas, caso não seja possível alcançar o efeito desejado em sua totalidade, não devemos temer "correr o risco" de tentarmos rever nossa concepção ou utilizar caminhos alternativos. Assim, esse nosso planejamento

estratégico deve ser testado e avaliado continuamente para identificar as necessidades de reorientação.

A EGN recebe alunos de outros países e a MB envia ao exterior oficiais que, normalmente, após o curso, passam um período como instrutores aqui na Escola. Aí se tem um canal importante de comparações e troca de experiências, embora isto deva ser feito com cautela em face das diferenças culturais e dos níveis de desenvolvimento distintos, além, é claro, das peculiaridades que antecedem o período de formação do oficial até chegar a uma escola de Altos Estudos Militares.

Um ponto importante a ser considerado nos cursos da EGN relaciona-se ao que se denomina de "verdade definitiva". Sabemos que os ciclos de evolução na área do conhecimento sucedem-se em períodos relativamente curtos que, segundo alguns analistas, compreendem contextos temporais de mais ou menos cinco anos. Dessa forma, com o passar do tempo, determinados assuntos que eram considerados como verdadeiros, passam a ser reavaliados e adquirem nova conotação. À EGN é dada a atribuição de quebrar o paradigma das "certezas

absolutas" na formação do oficial. Ao início dos cursos os alunos são conclamados a terem uma "visão cinza" de concepções preestabelecidas, devendo estar preocupados em aprofundar as pesquisas e os estudos que garantam identificar "como" e "quando" a MB deve conceber formulações políticas e estratégicas adequadas às peculiaridades brasileiras.

Faz-se necessário salientar que as últimas alterações curriculares introduzidas nos cursos da EGN tiveram como propósito a ruptura das vestiduras que tendem, por vezes, a nos isolar do mundo exterior. É com essa perspectiva, que devem ser percebidos os cursos, com a introdução de novas disciplinas acadêmicas como Economia, Administração e Gestão. A manutenção e, até mesmo, o incremento da parceria externa permitem transformar em ensino formal e sistemático aquilo que era feito por intermédio de palestras ou intercâmbio de conhecimento, por vezes sem tanta eficiência.

Ainda sob esse enfoque, cabe ressaltar que a MB tem designado oficiais para realização de cursos de pós-graduação - mestrado e doutorado, em Instituições de

Ensino Superior (IES) públicas, de modo a que, posteriormente à conclusão dos cursos, eles possam servir na Escola disseminando os conhecimentos adquiridos. Todo esse esforço sinérgico de “oxigenação” do nosso ensino de Altos Estudos Militares deve ser reconhecido. Esse reconhecimento pode ser demonstrado com o máximo empenho de todos os senhores e senhoras - professores, instrutores e alunos, aí incluído o pessoal de apoio técnico e pedagógico, em todas as atividades da EGN durante este ano letivo.

As mudanças que acabei de citar, por si sós, não são garantias de acertos definitivos e de que se tenha alcançado um patamar suficiente de excelência nos cursos de Altos Estudos. A dinâmica da conjuntura atual obriga as organizações, em especial aquelas envolvidas com as atividades de ensino, a realizarem constantes avaliações diagnósticas, a fim de identificar as vulnerabilidades do seu planejamento estratégico educacional, e a corrigir o rumo para que possam alcançar a visão geral - futura - estabelecida que, no caso da EGN, é a excelência no ensino e na pesquisa no campo da Defesa Nacional. Algo

que não está fixo no horizonte, mas oscilante em função das alterações dos ambientes internacional e nacional.

A orientação que transmito à EGN encerra quatro atividades básicas:

- *conquista do melhor nível de formação possível do seu corpo docente;*
- *desenvolvimento e captação de conhecimento de interesse do corpo discente e docente em prol da MB e relacionado com a Defesa Nacional;*
- *busca de realimentação que permita a avaliação permanente do ensino na EGN, seja pelo feed back da capacitação após os cursos ou por intermédio de comparações com cursos similares ou não, no país e no exterior, a fim de identificar inovações para melhoria dos cursos e das atividades correlacionadas; e*
- *disseminação do conhecimento, não só internamente à Instituição, mas para grupos influentes fora da MB.*

Além disso, há um aspecto que permeia todas as atividades discriminadas: a pesquisa, ferramenta indispensável na gênese do conhecimento e que servirá de base para a distinção da Escola como um todo. É um trabalho constante e de absoluta necessidade, pois só assim será possível produzir concepções adequadas ao ambiente que nos cerca e dentro de critérios por nós estabelecidos, sem recorrer a concepções com exacerbado estrangeirismo. Sabemos, pois, que o processo de tomada de decisão na área de Segurança Nacional, em um país como o Brasil, padece de uma ampla gama de vulnerabilidades, talvez em consequência da falta de acúmulo de conhecimento adequado às peculiaridades brasileiras por parte de toda a sociedade e sobre a importância da dimensão militar em nossa política externa, dentre outras.

Outro aspecto que já mencionei antes, mas gostaria de abordar com um pouco mais de detalhes, relaciona-se à aplicação do empreendedorismo na MB. Percebo que não devemos ter receio de adotar processos heterodoxos, que se afastem um pouco de antigos processos baseados no "pensamento cartesiano" - por mais que tenha

sua eficácia em determinadas circunstâncias, e na atitude que malgrado conhecemos com a "postura do risco zero".

Assumir riscos conscientemente - de maneira calculada, é ter coragem de enfrentar **desafios**, de tentar um novo empreendimento, de buscar, por si só, os melhores caminhos. Afinal, os riscos fazem parte de qualquer atividade e é preciso aprender a lidar com eles na nossa profissão. Devemos identificar as oportunidades de maneira a concentrar as energias no momento certo. Temos que ter domínio do conhecimento sobre as atividades que nos são afetadas ou naquelas que pretendemos atuar, independente do conhecimento ser oriundo das escolas, da experiência prática ou mesmo de idéias. A nossa organização deve ser baseada na divisão racional do trabalho que especializa e maximiza órgãos, recursos e pessoas em certas atividades, ou seja, possuir a capacidade de utilizar os recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos de forma eficiente e eficaz, com baixo custo. A tomada de decisão nesse processo é crucial, pois fazer a opção correta exige levantamento de informações, análise fria da situação,

avaliação de alternativas e a escolha da solução adequada - ou seja, tomar decisões corretas, na hora certa. Outros aspectos desse empreendedorismo estão mais diretamente associados com as características de personalidade. A liderança é mandatória no seio militar. O dinamismo e o descortino são, em certa medida, cultivar o inconformismo diante de rotinas e cenários fixos improdutivos. O otimismo é enxergar o sucesso e ser capaz de enfrentar **desafios**, olhando além e acima. E, por fim, aquilo que pode ser a soma de todas as qualidades enunciadas anteriormente: a intuição. Por mais que existam técnicas modernas, ferramentas computacionais e cursos, nada substitui a intuição calcada na experiência profissional. Devemos decidir, então, se desejamos ser comparados a "falcões" ou a "pombos" diante das tensões, incertezas, imprevisibilidades e ameaças. Para que possamos ser auxiliados na opção, faço uma remissão à frase síntese da visão de futuro da Marinha do Brasil: *si vis pacem, para bellum* - **se quiseres a paz, prepara-te para a guerra.**

Dessa forma, é para essas situações complexas apontadas

que os senhores, como futuros decisores e assessores de alto nível da MB, devem ser treinados, de modo a desenvolverem capacidades essenciais à superação dos desafios impostos. Assim, é com esse intuito que os currículos deste ano foram estruturados para fornecer-lhes ferramentas adequadas para o desempenho das tarefas comuns do dia-a-dia nas nossas OM e, também, para preparar assessores de alto nível voltados para os propósitos amplos da MB. Os cursos da EGN, com a contribuição do segmento civil - universitário, conseguem aliar conhecimentos navais com os de caráter geral, necessários a qualquer alto executivo de uma empresa ou órgão governamental. Para exemplificar, desde o ano de 2003, estamos conciliando e aprimorando os ensinamentos estratégicos e operativos, eminentemente militares de cunho naval, aos administrativos, econômicos e empresariais. Neste ano, incrementaremos a parceria externa com instituição de ensino extra-MB para que possa abranger os oficiais do Corpo de Saúde da Marinha.

O C-EMOS e o C-PEM, cursos equiparados ao nível de mestrado e doutorado,

respectivamente, e o C-Sup, curso de pós-graduação, são os Cursos de Altos Estudos Militares (C-AEM) da MB e se encontram nos patamares mais elevados das crescentes exigências da carreira naval; destinam-se à capacitação dos oficiais para o exercício de funções de Estado-Maior e nos altos escalões da Marinha e para o desempenho de cargos de Comando, Direção e Chefia.

Obviamente, o que se espera de um CMG após a conclusão do C-PEM e de um CC ou CF após a conclusão do C-EMOS e do C-SUP, não poderá ser adquirido somente nestes cursos - eminentemente acadêmicos, pois todo o conhecimento adquirido, há anos, no Sistema de Ensino Naval e mesmo fora dele, aliado às experiências da prática, formará o arcabouço que esperamos dos senhores. Além disso, muitos conceitos, filosofias, teorias e, até mesmo, sentimentos e opiniões, somente serão adquiridos se estivermos atentos, dispostos e participativos em todas as discussões que presenciarmos ou de que fizermos parte. O debate e os estudos de casos, por certo, são formas de se transmitir e sedimentar novos conhecimentos, fazer novas amizades e rever antigos amigos.

Mas afinal, o que estamos buscando? A resposta é simples, porém de consecução desafiadora e estimulante. Estamos buscando o paradigma da síntese ideal entre a capacitação, a coragem, a rusticidade e o pendor militar-naval e o academicismo cultural, que, em outras palavras, pode significar a síntese entre a teoria e a prática.

Finalmente chegamos à conclusão.

VI – CONCLUSÃO

Como observamos, em todos os tempos - passado, presente e futuro, foram identificados diversos **desafios**. E, conforme dito no início desta apresentação, eles jamais podem representar problemas, entraves, óbices ou empecilhos ou assumir qualquer outra forma que nos transmita a idéia de obstaculizar ou estagnar nossos pensamentos e nossas ações, seja para nossa sobrevivência ou para nossa evolução. Esta é, inclusive, a atitude secular de nossa Marinha.

Nossos **desafios** são, também, de toda ordem: desde as entranhas do funcionamento da própria Instituição; das

capacidades e do emprego de nossa Força; de lidar com recursos financeiros; de adentrar as portas do pensamento estratégico e político da Defesa Nacional; até, provavelmente, ao aspecto mais **desafiador** de todos: a arte de preparar e liderar pessoas para algo que não desejam - a guerra. A Marinha necessita que seus homens e mulheres saibam lidar com essas adversidades.

A aprovação da Estratégia Nacional de Defesa, com a consequente implementação do nosso Plano de Equipamento e Articulação, poderá implicar uma grande alteração na estrutura e nos conceitos vigentes na MB, bem como quebra de paradigmas. Por exemplo, quais serão as consequências da desconcentração da Esquadra sediada no Rio de Janeiro? Quais serão os **desafios** a serem suplantados prioritariamente no campo psicossocial, antes de pensarmos em aspectos puramente materiais?

Com o advento de meios tecnologicamente mais avançados, o caminho será a maior profissionalização e especialização dos oficiais e praças ou, ao contrário - deveremos ser mais generalistas? Será necessário

terceirizar serviços que hoje são executados pelo nosso pessoal? Ao lidar com tecnologias cada vez mais sensíveis e perigosas, estaremos preparados para este **desafio**?

Vislumbro que a MB poderá estar entrando, nos próximos anos, em um período favorável e promissor que, há mais de trinta anos, não vivenciamos. Será que nosso pessoal estará preparado para este grande **desafio**? Se não estivermos, a sociedade e a realidade dos fatos poderão um dia nos cobrar.

No passado, militares com baixo grau de instrução podiam vencer guerras; isso, atualmente, não é mais possível; também não será factível no futuro, pois "armas inteligentes" requerem "soldados inteligentes".

As Forças Armadas de muitos países estão repensando as condicionantes que as conduziram às guerras do passado, principalmente, às do século XX e revendo o papel que devem desempenhar no século XXI. É, pois, necessário e justo, que o Brasil também o faça.

Assim, as forças militares modernas precisam de homens que saibam lidar com a diversidade de povos e culturas, que conheçam as relações internacionais, que tolerem a

ambigüidade, que reflitam e que tomem iniciativas e questionem. Esses aspectos devem ser considerados ao se pensar em qualquer novo planejamento para as nossas Forças, em especial na Marinha.

Por fim, deixo uma mensagem de cunho pessoal para todos os senhores. Que este ano seja proveitoso e que possam ser discutidas as mais valiosas questões que representam os **desafios** para a nossa Marinha e para o nosso

País. Aos oficiais das Marinhas Amigas, registro, mais uma vez, a satisfação da nossa Instituição em tê-los conosco e desejo que os conhecimentos que serão adquiridos neste ano possam contribuir para o aperfeiçoamento pessoal e profissional de cada um, bem como para fortalecer os laços de amizade que já unem nossas Marinhas.

Meus melhores votos de um excelente ano para todos.

Muito obrigado.